

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO USO DO CARTÃO DE CRÉDITO

Felipe Santos Tostes¹

Bruno Saraiva Maciel²

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: O presente trabalho buscou analisar a relação que se dá entre a educação financeira e o uso de um meio de pagamento, o cartão de crédito. A elevação do grau de educação financeira é uma forma de auxiliar as famílias na tomada de melhores decisões sobre suas finanças pessoais. Isso, porque, a relação entre o grau de educação financeira e o uso do cartão de crédito pode ser problemática para as famílias, podendo levar a um cenário de endividamento e inadimplência.

Objetivo/proposta: Com base na teoria pós-keynesiana, o objetivo geral deste trabalho foi o de demonstrar a importância da educação financeira no uso do cartão de crédito, levando em consideração os mecanismos de funcionamento do cartão de crédito e os motivos que levam ao endividamento e à inadimplência. Em relação aos objetivos específicos: demonstrar o funcionamento do cartão de crédito e o risco financeiro, apontar as estruturas que compõem a educação financeira e denotar sua importância, e relacionar o uso do crédito familiar apoiado pela educação financeira à teoria pós-keynesiana.

Procedimentos Metodológicos: o estudo foi realizado a partir do levantamento das séries temporais na base de dados do Banco Central do Brasil. Foram levantados dados referentes a utilização dos meios de pagamentos, bem como a inadimplência e o custo do crédito no cartão de crédito.

Principais Resultados: foi possível encontrar, a partir da base de dados, que o cartão de crédito se mantém como um dos meios de pagamentos mais utilizados. Os resultados mostram que a uma elevação no grau de inadimplência nos últimos anos, e a manutenção da alta utilização do rotativo no cartão de crédito.

Considerações Finais/Conclusão: a partir da discussão e dos resultados conclui-se que o cartão de crédito deve ser utilizado com sabedoria e cautela, e através da educação financeira, o agente econômico terá a informação necessária para não cair em armadilhas do cartão de crédito, como o modelo de pagamento do rotativo, um dos responsáveis por elevar o risco da inadimplência.

Contribuições do Trabalho: esse trabalho procurou contribuir tanto com a literatura apresentada bem como com a análise empírica. Na parte teórica, a principal contribuição foi a

¹ Doutor em Teoria Econômica pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Coordenador do ensino de graduação a distância do curso de Administração Pública do Cederj. Líder do grupo de estudos em Economia Keynesiana (GEEK). Integrante do Núcleo de estudos em Economia Aplicada (NEEA).

² Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense.

de relacionar a teoria de Minsky, que originalmente é aplicada as finanças bancárias, com a teoria de consumo de Modigliani. Na parte empírica, o trabalho buscou mostrar os efeitos do baixo grau de educação financeira na utilização do cartão de crédito.

Palavras-Chave: Educação Financeira, Consumo, Crédito, Endividamento, Inadimplência.

1. Introdução

A educação financeira é uma ferramenta que auxilia as pessoas a tomarem melhores decisões sobre suas finanças. Desta forma, o presente trabalho buscou analisar a relação que se dá entre a educação financeira e um popular meio de pagamento entre os brasileiros: o cartão de crédito. A análise terá como ponto de partida um entendimento geral da educação financeira e uma visão de como ela é aplicada nacionalmente e internacionalmente. Assim, é possível traçar uma melhor conclusão qualitativa acerca do termo e realizar uma comparação entre as estatísticas abordadas em várias partes do mundo com materiais acessíveis sobre o tema no Brasil.

Para tanto, procurou-se incluir a teoria pós-keynesiana como instrumento de análise do uso do cartão de crédito pelas famílias, realizando uma ligação entre os benefícios gerados pela educação financeira ao modelo pós-keynesiano. Em tal fase de abordagem teórica, dois autores são chaves para entender o contexto em que se insere a educação financeira e o cartão de crédito, Minsky e Modigliani. Com suas teorias respectivamente demonstrando a posição em que a educação financeira pode afetar a equação de consumo keynesiana e outra demonstrando um cenário ideal onde a educação financeira é aplicada para gerar os maiores benefícios possíveis ao agente econômico.

Após buscar tais ligações, o presente trabalho vem a trazer informações relevantes sobre o cartão de crédito como meio de pagamento, demonstrando sua funcionalidade e importância dentro do sistema financeiro nacional. Em tal capítulo busca-se apoio em uma série de análises gráficas, pretendendo em dados, apresentar a atual situação do meio de pagamento no Brasil.

Assim, há uma noção da clara importância do tema, que procura envolver um meio de pagamento presente em toda a sociedade brasileira e que ainda assim se demonstra problemático para inúmeros agentes econômicos que não o usam com eficiência, se submetendo a um cenário de dívidas e inadimplência. Visando evitar tal cenário prejudicial às famílias, pretende-se apresentar a educação financeira como provável solução.

À vista de todos os elementos introdutórios apresentados, a hipótese do trabalho sugere que a partir de uma visão pós-keynesiana, a educação financeira é capaz de influenciar positivamente o nível de endividamento e inadimplência entre os usuários do cartão de crédito. De tal forma, um maior nível de conhecimento e aplicação financeira seriam responsáveis por melhores decisões de consumo em relação ao crédito.

O objetivo geral do presente trabalho se dá a partir de uma análise através da ótica pós-keynesiana sobre a importância da educação financeira no uso consciente do cartão de crédito pelos agentes econômicos, levando em consideração os mecanismos de funcionamento do cartão e possíveis motivos que levam um agente à inadimplência.

Em relação aos objetivos específicos, foca-se em três áreas importantes: demonstrar o funcionamento do cartão de crédito e o risco financeiro que o mesmo oferece, apontar as estruturas que compõem a educação financeira e denotar sua importância ao cenário financeiro

familiar, e introduzir o uso do crédito familiar apoiado pela educação financeira à teoria pós-keynesiana.

2. A Educação Financeira

Segundo a OCDE (2005, *apud* ENEF, 2017), a educação financeira é um processo mediante o qual o indivíduo e a sociedade melhoram a compreensão com relação ao conhecimento de conceitos e produtos financeiros, de forma a desenvolver as competências necessárias para a avaliação de oportunidades e riscos na utilização da sua renda, de forma a melhorar o seu bem-estar.

Buscando contextualizar os termos relacionados à educação financeira de maneira mais profunda, Huston (2010) primeiramente afirma que a alfabetização financeira é caracterizada pela mensuração da habilidade de um indivíduo em compreender e colocar em prática os conhecimentos sobre finanças pessoais, como mostra a figura 1 (abaixo).

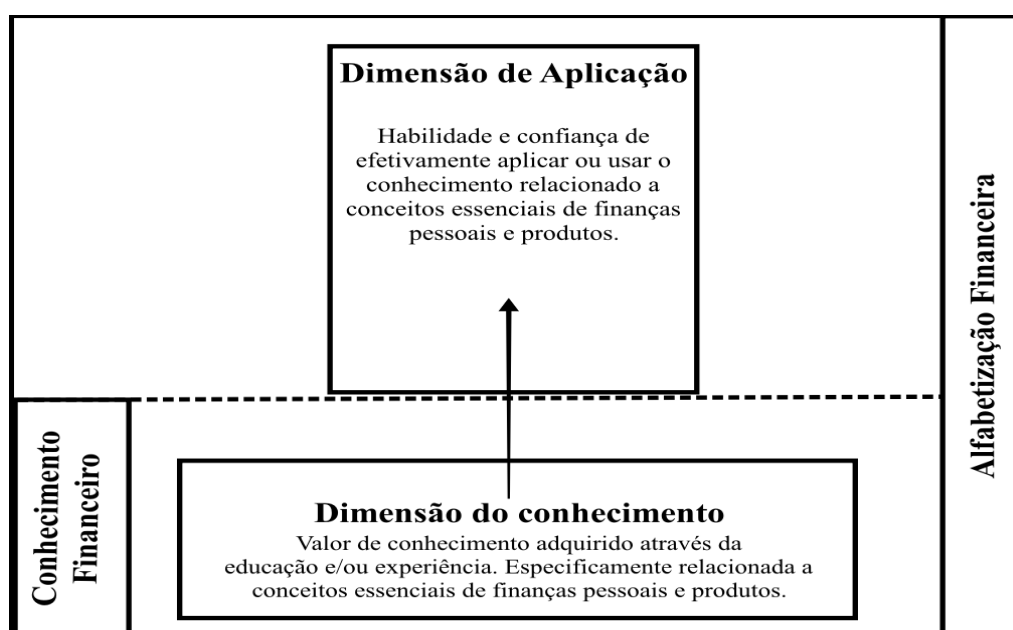


Figura 1. O conceito da alfabetização financeira.
Fonte: Adaptado de Huston (2010).

A figura 1 mostra que, inicialmente, um agente econômico, dotado apenas de conhecimento financeiro, possui noções sobre conceitos de finanças pessoais, geralmente adquiridas de seu cotidiano, mas não aplica tais conhecimentos de maneira efetiva, tendo apenas domínio e confiança de realizar tal ato a partir da alfabetização financeira.

Na figura 2 (abaixo), Huston (2010) relaciona a alfabetização financeira com a educação financeira e outros fatores, como o comportamento pessoal financeiro e o bem-estar financeiro.

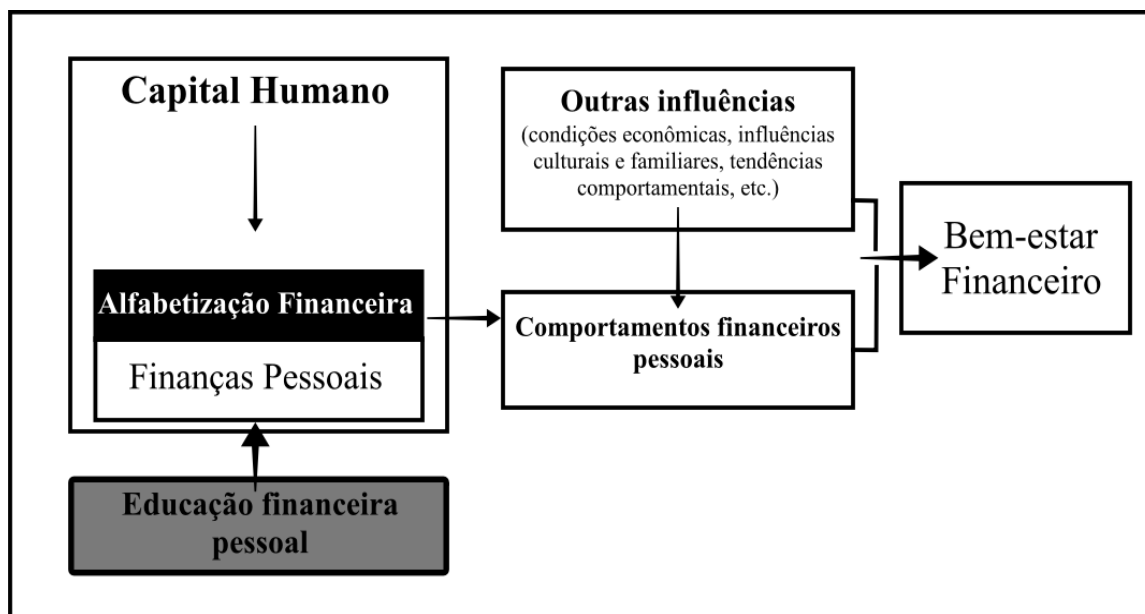


Figura 2. Relações entre Alfabetização Financeira, Conhecimento, Educação, Comportamento e Bem-Estar.

Fonte: Adaptado de Huston (2010).

Primeiramente, Huston (2010) argumenta que a alfabetização financeira se trata de um capital humano e possui relação direta com outros tipos de capital humano presentes em cada indivíduo. Partindo de tais pontos, Huston (2010) afirma que a compreensão e a prática adotadas por um indivíduo a partir da alfabetização financeira são capitais humanos utilizados em atividades financeiras que elevam a durabilidade da utilidade derivada do consumo, ou seja, são atividades que elevam o bem-estar financeiro.

Huston (2010) também aborda outras influências que podem afetar o comportamento de um indivíduo em relação às finanças pessoais, e por consequência o bem-estar financeiro. Um exemplo são os problemas de autocontrole, dentre outros fatores que são existentes nos agentes e que não são financeiramente benéficos. Huston (2010) acredita que é possível que um indivíduo afetado por tais influências, mesmo sendo financeiramente alfabetizado, não consiga obter uma elevação no bem-estar financeiro.

Por fim, o termo “educação financeira” se apresenta no pensamento de Huston (2010) como uma possibilidade de elevar o capital humano do indivíduo, especificamente relacionado no conhecimento e na aplicação de conceitos financeiros (alfabetização financeira). Assim, a educação financeira acaba por também impactar de maneira positiva o comportamento pessoal financeiro e o bem-estar financeiro dos agentes. Logo, por definição, a educação financeira possui a função de informar os agentes econômicos sobre os mecanismos financeiros existentes na economia e como lidar com eles de maneira ótima, buscando tomar decisões favoráveis ao indivíduo.

Relacionando a educação financeira com a economia, Dutra (2018) realiza uma análise da racionalidade dos agentes econômicos ao consumo, abordando a teoria Neoclássica e

keynesiana. Também é realizado em seu estudo, uma análise a partir da economia comportamental, teorizando que outros fatores externos também são capazes de influenciar as decisões de consumo dos agentes. Dada as teorias em relação ao consumo, o autor propõe que o consumo consciente possa ser alcançado através da educação financeira, chegando a tal conclusão através de um relatório de um questionário financeiro realizado por uma empresa de consultoria financeira. O questionário analisado aborda variáveis sociais, econômicas, psicológicas e de conhecimento financeiro e econômico dos entrevistados.

Se o nível de educação financeira pode afetar como um todo os hábitos de consumo de um agente econômico, é possível afirmar que o nível de educação financeira afeta diretamente o consumo através do cartão de crédito, meio de pagamento que é tema do presente trabalho. Assim, um indivíduo bem instruído sobre os conceitos financeiros, poderá tomar decisões ponderadas com o crédito, buscando a melhor opção financeira para si, também evitando o risco da inadimplência.

Seguindo essa linha de pensamento, Lucci et al (2006) realizam uma pesquisa exploratória qualitativa com estudantes de graduação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis. A finalidade da pesquisa é relacionar os conhecimentos financeiros adquiridos pelos estudantes durante a graduação com seus hábitos de consumo e investimento. Em seu resultado, foi demonstrado que em relação ao cartão de crédito, os graduandos possuem uma propensão a pagar o saldo devedor em dia, evitando a inclusão no crédito rotativo. Embora a amostragem da pesquisa leve em consideração apenas alunos de graduação em áreas financeiras, fica clara a relação positiva entre o conhecimento financeiro e bons hábitos de consumo com o cartão de crédito.

Não há uma teoria pronta em torno da aplicação da educação financeira na sociedade, porém, através de um estudo de caso, observando os resultados obtidos em diferentes circunstâncias é possível realizar uma comparação entre a aplicação da educação financeira no Brasil e em diferentes países do mundo. Os seguintes subcapítulos abordam as políticas de educação financeira no Brasil e no mundo, buscando pontos convergentes entre ambos.

2.1 A educação financeira no Brasil

Ao falar especificamente da educação financeira no Brasil, é possível destacar a evolução da mesma ao decorrer do tempo. Segundo Araujo e Calife (2014), o processo da educação financeira no Brasil se deu por três fases.

A primeira fase foi representada por orientações financeiras apenas aos consumidores com renda disponível, que se preocupavam com seus investimentos. Isso ocorreu nos anos de 1990, onde o ambiente financeiro nacional era incerto e tais guias de investimento dominavam a atenção dos agentes financeiros, a fim de maximizar seus rendimentos em relação aos riscos.

Após a implementação do Plano Real em 1994 e a estabilização econômica nacional, e também uma melhora na situação econômica externa, o Brasil entrou em um momento de prosperidade econômica, caracterizado pela expansão da rede bancária e por um índice de inflação controlado, que teve um efeito significativo sobre os ganhos reais da população, e por consequência, também sobre o consumo. Logo, a segunda fase é representada pela expansão do crédito e do consumo na segunda metade dos anos 1990 e nos anos 2000. Os agentes econômicos possuíam maior poder de compra, porém não tinham uma base de conhecimento financeiro para tomar decisões prudentes sobre seu consumo. Como resultado, dá-se início à uma fase de endividamento e inadimplência da população brasileira.

A terceira fase é caracterizada pelo endividamento dos consumidores causada pela grande expansão do crédito e seu uso sem cautela pela população. Essa fase é marcada pelo crescimento do nível de inadimplência a partir do ano de 2006. A partir da terceira fase, as instituições financeiras ofertantes de crédito se tornam mais rigorosas nas concessões e os consumidores mais cautelosos na escolha com o crédito. Araujo e Calife (2014) argumentam que é em tal momento de cautela dos agentes econômicos que se abre uma oportunidade para a educação financeira tomar espaço na tomada de decisão dos consumidores.

2.2 A educação financeira internacionalmente

Comentando o nível de alfabetização financeira e a necessidade da educação financeira no mundo, Lusardi (2018) destaca um método denominado “Big Three”, capaz de mensurar o nível de alfabetização financeira a partir de três conceitos universais: (1) numeracia, que se relaciona com a capacidade de calcular taxa de juros e compreender juros compostos; (2) entendimento sobre a inflação; (3) entendimento sobre risco e diversificação.

Lusardi e Mitchel (2008, 2011b, 2011c, *apud* Lusardi, 2018) desenvolveram questões que abordam tais conceitos universais, e que foram aplicadas em vários questionários tanto nos Estados Unidos quanto no mundo todo. Utilizando o método “Big Three” e considerando as pessoas que acertaram todas as questões, a figura 4 demonstra o nível de alfabetização financeira por idade nos EUA (ano de 2015) (US National Financial Capability Study, 2015, *apud*, Lusardi, 2018).

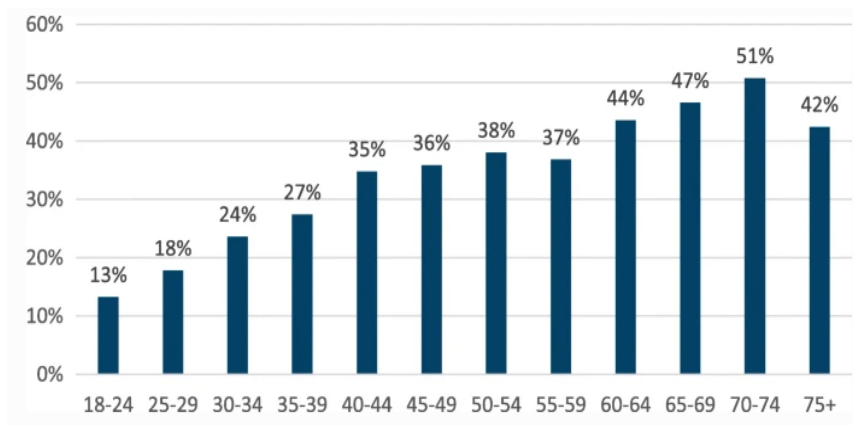


Figura 4. Alfabetização financeira por idade nos EUA em 2015.

Fonte: US National Financial Capability Study, 2015, *apud*, Lusardi, 2018.

Lusardi (2018) destaca que menos de 30% das pessoas até os 40 anos de idade conseguem responder corretamente todas as três perguntas. Também é destacado por ela que muitos indivíduos de idade avançada, que já tomaram decisões financeiras, também não conseguem responder corretamente às perguntas do questionário, mostrando uma limitação no conceito de que as pessoas aprendem a partir de suas decisões financeiras tomadas anteriormente.

Para a Europa, Nicolini e Haupt (2019) realizaram uma pesquisa em alguns países (França, Alemanha, Itália, Suécia e Reino Unido) abordando as perguntas “Big Three” como também introduzindo outros métodos de mensuração da alfabetização financeira. Os outros métodos utilizados na pesquisa são: um teste de 50 perguntas sobre assuntos financeiros, quatro testes de cinco perguntas sobre assuntos específicos do sistema financeiro pessoal (meios de pagamento, aposentadoria, poupança e investimento) e o teste enviesado, que aborda questões sobre produtos financeiros nunca usados pelo respondente. A figura 5 (abaixo) representa a porcentagem de respondentes que se relacionavam ou não com as variáveis dependentes dos testes.

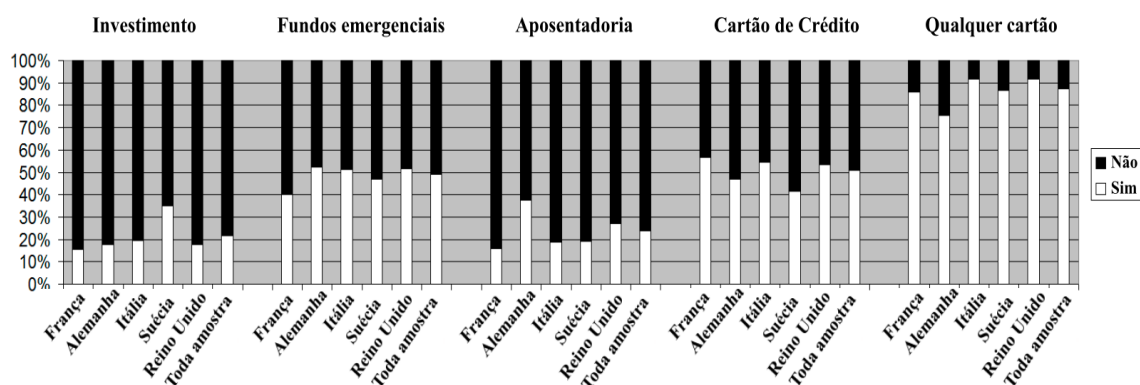


Figura 5. Comportamentos financeiros (variáveis dependentes)

Fonte: Adaptado de Nicolini e Haupt (2019).

Na figura 5 é importante notar que o número de respondentes que possuem relação com o cartão de crédito gira em torno de 50% entre todas as nações envolvidas na pesquisa. Essa porcentagem aponta a importância do cartão de crédito como meio de pagamento na sociedade europeia. Também é notável a pequena relação dos respondentes do teste com as variáveis de investimento e aposentadoria, o que pode significar baixos retornos financeiros no futuro.

3. Teorias do Consumo

3.1 Minsky e a teoria do consumo keynesiana

Brochier e Mendonça (2018) comentam em seu trabalho que Minsky (2008 [1975]) considerou que a teoria de consumo descrita por Keynes na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda seria insuficiente para explicar as decisões de consumo na atualidade, por não considerar de maneira endógena novos fenômenos monetários e financeiros após o desenvolvimento do setor bancário e do mercado de capitais. Assim também, a instabilidade financeira não era considerada na função consumo original de Keynes. Um dos fenômenos monetários destacados por Minsky (2008 [1975]) que deveria ser incluído na teoria de consumo é a possibilidade de financiamento por dívida:

De acordo com Rosa (2012), a abordagem proposta por Minsky permite a inserção do financiamento nas decisões de gastos de forma geral, o que aumenta a possibilidade de se ter determinantes mais complexos do próprio consumo e de explorar as

consequências do lado do ativo, assim como a interação desses determinantes na construção de situações de fragilidade (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 982).

A partir da inserção de fenômenos monetários à função consumo, Brochier e Mendonça (2018) reforçam a ideia de Minsky (2008 [1975]) e complementam a discussão realizando análises sobre o consumo das famílias.

Nesse sentido, Minsky (2008 [1975]) utilizou-se da experiência estadunidense para afirmar que a renda do trabalho, apesar uma boa aproximação teórica, como determinante do consumo, seria um pressuposto empírico menos válido para esse país nos anos 1970, pois os desenvolvimentos financeiros (sistema de crédito), após a II Guerra Mundial, teriam contribuído para enfraquecer a relação entre a renda do trabalhador e os gastos das famílias [...] (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 982).

Minsky (2008 [1975]) ao realizar a defesa da inserção de fenômenos monetários à função consumo acaba então por validar a tomada de crédito por famílias como uma variável a ser considerada na teoria pós-keynesiana. Assim, é possível concluir que na visão de Minsky (2008 [1975]), a tomada de crédito para o consumo das famílias era uma variável importante e que deveria ser considerada na teoria pós-keynesiana, podendo causar perturbações na economia. Ainda assim, é importante mencionar que Minsky (2008 [1975]) mantinha como base de sua teoria o investimento, e não o consumo.

Minsky complementa a visão de Keynes de que o investimento é a causa maior das flutuações na economia ao ressaltar que as decisões de portfólio, entre elas a decisão de consumo, são as causas mais profundas de flutuações na demanda agregada. O autor, mesmo mantendo a ênfase no investimento, entendia o consumo como fonte importante de perturbação na economia. (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 983).

Logo, a contribuição essencial de Minsky para o entendimento do consumo está em considerar o financiamento externo à renda numa economia monetária e financeira. Isso tem diversas implicações sobre o comportamento dessa variável. Entre elas estão: a maior instabilidade do consumo e o descasamento entre ativos e passivos — ou seja, a deterioração dos balanços das famílias (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 984).

A conclusão de Minsky (2008 [1975]) em torno da teoria keynesiana se torna importante e de extrema relevância para o tema do presente trabalho. Com ela, é possível traçar uma linha de raciocínio entre a teoria do consumo keynesiana (que deve incluir a tomada de crédito das famílias) e a educação financeira.

3.2 Modigliani e a teoria da riqueza no consumo

No mesmo artigo em que se discute a teoria de Minsky, Brochier e Mendonça (2018) levantam a teoria de Modigliani que envolve a riqueza e o consumo. Para o presente trabalho, tal teoria se mostra relevante pois elucida um cenário em que uma família possui conhecimento financeiro para tomar decisões de consumo apuradas, e assim ao invés de apresentar uma tendência à inadimplência, apresenta-se um nível de poupança que gera riqueza.

A teoria de Modigliani se dá em torno da hipótese do ciclo de vida. Segundo Brochier e Mendonça (2018, p. 970): “A ideia básica da hipótese do ciclo de vida de Modigliani gira em torno da capacidade que os indivíduos têm de planejar o seu consumo tendo como horizonte o ciclo de vida e alocar, dessa forma, a sua poupança.”

Em um cenário ideal, no qual os agentes tomam decisões sábias sobre suas finanças, é possível presumir uma preocupação com a poupança, procurando possuir um certo nível de renda e consumo. Essa relação é demonstrada nas figuras 4 e 5 do capítulo 1, a partir dos termos “Investment” e “Rainyday Funds”, que são comportamentos financeiros abordados no conceito de educação financeira de Nicolini e Haupt (2019) e que quando aplicados geram riqueza ao agente.

Voltando ao artigo de Brochier e Mendonça (2018), demonstra-se nele a ideia de Modigliani para o comportamento de consumo agregado, que é explicado a partir da seguinte equação:

$$C = \alpha YL + \delta W \quad (1)$$

Onde, α e δ demonstram o percentual utilizado da renda do trabalho (YL) e da riqueza acumulada ao longo da vida (W) para a realização do consumo. Assim, parte da renda do trabalho (YL) não é consumida, pois $0\% < \alpha < 100\%$, fazendo com que haja poupança. A poupança realizada é acumulada ao longo do tempo, ajudando a formar a riqueza do indivíduo (W). Ademais, um percentual dessa riqueza também é utilizado para o consumo no período produtivo da vida, onde $0\% < \delta < 100\%$. Entretanto, o indivíduo terá que observar o percentual utilizado dessa riqueza, pois se δ for um valor muito elevado, pode comprometer a riqueza acumulada para o período de aposentadoria.

A partir da equação que demonstra o consumo agregado, Brochier e Mendonça (2018) relacionam a teoria de Modigliani com a teoria keynesiana.

Além disso, o autor afirmava que se a renda crescesse a uma taxa constante, então os parâmetros de α e δ poderiam ser tomados como constantes e seriam determinados pela extensão da vida e da aposentadoria e pela taxa de crescimento da renda (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 971).

Essa afirmação de Modigliani, na qual está implícita a ideia de estabilidade da função de consumo keynesiana, implica que alterações nas parcelas consumidas da renda do trabalho e da riqueza (propensões a consumir) não ocorreriam no curto prazo, dependendo o consumo da taxa de crescimento, ou seja, do crescimento da renda agregada. A diferença em relação a Keynes está em considerar a parcela que é consumida a partir da riqueza (BROCHIER; MENDONÇA, 2018, p. 971).

Tomando como base a teoria de Modigliani, é possível traçar uma relação entre a educação financeira e o consumo, onde a partir da poupança, a família é capaz de elevar sua riqueza e dada sua riqueza, por consequência, eleva-se o consumo. O consumo dado a partir da riqueza não coloca em risco a estabilidade financeira da família. Sendo tal cenário um contraponto à inadimplência em que os agentes podem se encontrar ao tomarem decisões menos ponderadas sobre suas finanças, preferindo o uso do crédito rápido e de fácil acesso em lugar do investimento.

4. O Cartão de Crédito

Nos capítulos anteriores, foi demonstrada a importância da educação financeira em relação ao crédito e como essa relação se dá em torno das decisões de consumo na teoria keynesiana e pós-keynesiana. No presente capítulo será apresentada uma visão geral do cartão de crédito, que é o meio de pagamento foco do presente trabalho. Serão apresentadas definições

e fundamentos oferecidos pelo cartão de crédito e também um parâmetro geral de tal meio de pagamento em nível nacional. Assim, é possível ter uma ideia de como se dá a relação entre o consumidor brasileiro e o cartão de crédito, e também será possível concluir a linha de pensamento entre educação financeira, teoria do crédito e consumo, e o cartão de crédito em si.

4.1 Definições gerais do cartão de crédito

Ao comentar sobre o cartão de crédito, Fortuna (2015) faz uma relação entre o uso do cartão e o consumo:

Os cartões têm a eventual desvantagem de vir a representar um fator de propensão ao consumo, nos momentos em que o consumidor intuitivamente desejava poupar. Como o nome diz, além de dinheiro de plástico, pois servem como meio de pagamento, são, acima de tudo, um crédito automático. Sem dúvida, constituem a moeda do futuro, pela sua segurança tanto para o credor quanto para o devedor (FORTUNA, 2015, p. 193).

A análise de Fortuna sobre a propensão ao consumo do cartão de crédito no lugar da poupança se conecta diretamente com a teoria de Modigliani e de Minsky. Podendo o uso desregrado do mesmo pelas famílias gerar instabilidade financeira, prejudicando o balanço familiar ou, a partir de um certo nível de conhecimento financeiro, obtido através da educação financeira, pode-se poupar ao invés de consumir com o cartão de crédito, gerando riqueza para prover um consumo futuro sem riscos.

Fortuna (2015) passa também a demonstrar outros *insights* sobre as características do cartão de crédito:

Assim é que as empresas emissoras desses cartões só poderão cobrar cinco tipos de tarifas: (i) anuidade; (ii) segunda via; (iii) saques na função crédito; (iv) pagamento de contas; e (v) alteração do limite de crédito por solicitação do cliente. Os cartões podem ser emitidos em duas modalidades: (i) cartão básico que só possui as duas funções básicas clássicas de cartão de crédito, ser meio de pagamento e a possibilidade de parcelar a fatura (crédito rotativo); e (ii) cartão diferenciado que além das funções anteriores possuem programas de recompensa como milhagens e créditos para celulares (FORTUNA, 2015, p. 193).

Tais informações citadas por Fortuna são pertinentes ao conhecimento geral do meio de pagamento e assim sendo, é importante dar um breve foco à essas características, buscando assim esclarecer com detalhes o funcionamento do cartão de crédito.

Ainda se baseando em Fortuna (2015), é possível esclarecer as funções exercidas pelas administradoras de cartões de crédito:

As Administradoras de Cartões de Crédito não são empresas financeiras e sim empresas prestadoras de serviço, que fazem a intermediação entre os portadores de cartões, os estabelecimentos afiliados, as bandeiras tais como Visa, Mastercard e Amex, e as instituições financeiras. Eventualmente, para, entre outras razões, contornar as dificuldades legais e fiscais envolvidas na cobrança das taxas de juros do parcelamento das vendas a prazo através do cartão, as administradoras estão se transformando em instituições financeiras e, portanto, não sujeitas à Lei da Usura, para poderem praticar as taxas de juros que consideram viáveis nas compras parceladas através dos cartões de crédito (Fortuna, 2015).

Fortuna (2015), mostra como está organizado o sistema de cartão de crédito no Brasil. Ele é composto pelo portador, pessoa física ou jurídica usuária do cartão, pela Bandeira, instituição que autoriza a emissão de cartões (Visa, Mastercard, Amex e Diners), pelo Emissor, administradora que emite o cartão de crédito (Bancos Comerciais, Múltiplos e Fintechs), pelo credenciador, que tem a função de gerenciar, pagar e dar manutenção aos estabelecimentos afiliados à bandeira, pelo Processador e Administrador, que cuidam da parte tecnológica da transação e de outros serviços, tais como o envio de cartões, da fatura, da análise de crédito, da cobrança e do telemarketing, pelo Estabelecimento, que aceita os cartões de crédito de uma determinada bandeira, para pagamento de bens ou serviços.

A figura 6 ajuda a compreender as mecânicas presentes no uso do cartão de crédito e como elas se relacionam umas com as outras.

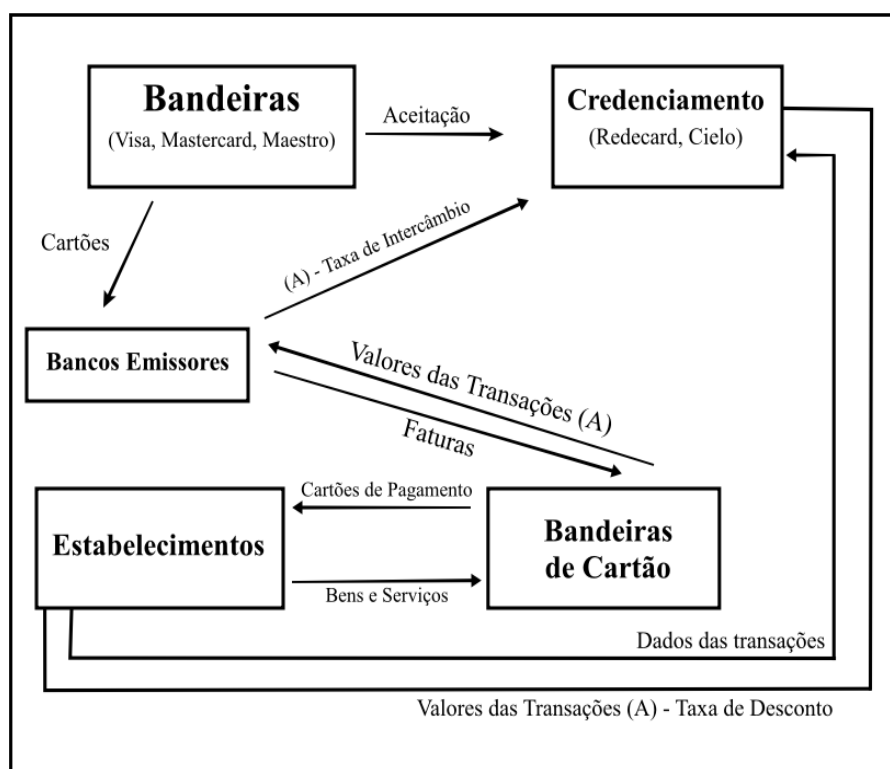


Figura 6. Circuito do cartão de crédito

Fonte: Adaptado de Fortuna (2015).

Nota-se a partir da figura 6 toda a relação do ciclo do cartão de crédito entre os bancos emissores, as bandeiras, as redes de credenciamento e os estabelecimentos que recebem os pagamentos.

Se tratando das modalidades do cartão de crédito mais usadas no Brasil, Fortuna (2015) explica:

A maior parte do crédito concedido com cartões de crédito é feita através das compras em pagamentos parcelados sem juros - o parcelado lojista que só existe no Brasil e surgiu no ano de 1997 como uma alternativa ao cheque pré-datado -, a menor parte divide-se entre o parcelado com juros no qual o banco assume a operação de crédito e o lojista recebe o valor do bem à vista, e o crédito rotativo através do financiamento da fatura mensal (Fortuna, 2015, p. 202).

A outra modalidade de financiamento no cartão é o rotativo. Aqui, o cliente tem a opção de financiar no banco emissor o valor da fatura em parcelas. Os juros costumam ser bem mais altos do que em outros financiamentos, por isso esta modalidade tem crescimento mais modesto. (Fortuna, 2015, p. 202).

A partir da análise de Fortuna sobre o rotativo é possível perceber que tal modalidade não representa uma boa opção de financiamento, pois faz com que o agente pague taxas de juros elevadas.

A tabela 1 (abaixo) apresenta uma melhor explicação sobre as modalidades de pagamento oferecidas aos usuários do cartão de crédito em diferentes cenários:

Tabela 1. Cenários de pagamento - Cartão de crédito

Cenário	Resultado
Pagamento do valor integral até o dia do vencimento	Neste caso não há cobrança de encargos financeiros, como os juros e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), imposto cobrado pelo governo em todas operações de crédito.
Pagamento parcial da fatura (mínimo ou outro valor distinto do total)	a) O cliente pode optar pelo parcelamento da fatura, situação em que contratará uma operação de crédito. b) O cliente paga apenas o mínimo e não parcela o restante: situação em que adere ao crédito rotativo, que sujeita o titular do cartão ao pagamento dos juros e dos encargos financeiros previstos em contrato, sendo vedada a cobrança de juros adicionais punitivos (comissão de permanência). c) O cliente efetua um pagamento de valor inferior ao mínimo, sem parcelamento: cliente fica inadimplente, podendo ser aplicados os procedimentos previstos no contrato para situações de inadimplimento: juros do crédito rotativo (por dia de atraso sobre a parcela vencida ou sobre o saldo devedor não liquidado); multa de 2% sobre o principal; e juros de mora de 1% ao mês.

Adaptado do BCB (2022).

É possível notar que quando o cliente não é capaz de efetuar o pagamento total da fatura existem três possibilidades: o parcelamento da fatura, o pagamento mínimo da fatura, aderindo à modalidade do rotativo ou um pagamento menor que o mínimo, que significa a caracterização do cliente como inadimplente.

É evidente que a opção c) da tabela não caracteriza uma boa escolha pessoal financeira. Assim, o usuário do cartão de crédito se depara com as opções de pagar o valor mínimo optando pelo modelo rotativo, já caracterizado por Fortuna (2015) como uma modalidade de altos juros, ou, efetuar um parcelamento da fatura, conhecido como modelo parcelado. A vantagem do modelo parcelado em relação ao rotativo, é que o usuário pode se planejar para efetuar o pagamento da dívida e possui níveis menores de taxas a serem cobradas quando comparadas ao

rotativo, como afirma o BCB (2022): “[...] caso a instituição tenha interesse em oferecer o parcelamento do saldo devedor da fatura, as condições por ela oferecidas ao cliente devem ser mais vantajosas do que aquelas do crédito rotativo, inclusive no que diz respeito à cobrança de encargos financeiros”. Na próxima seção será realizada uma análise gráfica da relação entre tais modalidades de pagamento relacionadas ao cartão de crédito.

4.2 Análise de dados nacionais do uso do cartão de crédito

Com a análise de dados referentes ao uso do cartão de crédito é possível traçar uma tendência de como o meio de pagamento tem sido usado no Brasil e gerar certas conclusões em torno do tema do trabalho.

Primeiramente, é necessário ressaltar a importância e a relevância do cartão de crédito como meio de pagamento no Sistema Financeiro Nacional. A tabela 2 compara o volume de uso do cartão de crédito em relação a outros meios de pagamento na economia brasileira durante os anos de 2019 e 2021.

Tabela 2. Transações dos Meios de Pagamentos (valor % entre 2011 e 2022)

Ano	Cheque	Cartão de Débito	Cartão de Crédito	Cartão Pré-pago	Débito Direto	Pix	DOC/TEC	TED	Boleto
2011	9,5%	22,0%	24,1%	0,0%	24,4%	0,0%	1,4%	0,7%	17,9%
2012	8,1%	23,4%	23,9%	0,0%	24,0%	0,0%	1,4%	0,8%	18,4%
2013	6,6%	25,0%	23,4%	0,0%	25,2%	0,0%	1,3%	1,0%	17,4%
2014	5,4%	26,0%	24,0%	0,0%	25,7%	0,0%	1,3%	1,2%	16,5%
2015	4,6%	27,8%	24,7%	0,0%	24,2%	0,0%	1,1%	1,5%	16,1%
2016	3,7%	29,6%	25,5%	0,0%	23,1%	0,0%	0,9%	2,0%	15,3%
2017	3,0%	32,1%	25,8%	0,1%	21,7%	0,0%	0,8%	2,4%	14,1%
2018	2,3%	33,0%	26,8%	0,3%	19,6%	0,0%	0,8%	2,6%	14,5%
2019	1,7%	33,1%	29,1%	1,2%	17,6%	0,0%	0,7%	3,1%	13,5%
2020	1,1%	31,6%	26,1%	3,5%	16,9%	0,5%	0,7%	5,0%	14,6%
2021	0,6%	25,1%	23,5%	7,5%	12,5%	17,5%	0,2%	2,4%	10,7%
2022	0,3%	19,6%	20,7%	9,7%	9,9%	30,8%	0,1%	1,3%	7,5%

Fonte: BCB.

É possível perceber uma queda no uso de meios de pagamento como o cartão de crédito e o cartão de débito a partir de 2021, período da pandemia do Covid-19 e das medidas de restrições impostas em todo território nacional. A ascensão do Pix também é uma explicação, um meio de pagamento instantâneo e de grande facilidade de uso, se dá presente de forma evidente no gráfico, sendo sua utilização a maior de todos os meios de pagamento em 2022. Mesmo assim, a tabela 3 demonstra a consistência do cartão de crédito em se manter como o segundo maior meio de pagamento em quantidade de uso no Brasil.

A tabela 3 demonstra os valores percentuais movimentados pelos mesmos meios de pagamento na economia brasileira.

Tabela 3. Valor das Transações dos Meios de Pagamentos (valor % entre 2011 e 2022)

Ano	Cheque	Cartão de Débito	Cartão de Crédito	Cartão Pré-pago	Débito Direto	Pix	DOC/TEC	TED	Boleto
2011	12,9%	1,0%	2,1%	0,0%	13,6%	0,0%	1,0%	52,6%	16,8%
2012	12,4%	1,0%	2,0%	0,0%	17,2%	0,0%	0,9%	50,0%	16,5%
2013	10,8%	1,1%	1,9%	0,0%	20,6%	0,0%	0,7%	50,1%	14,9%
2014	10,3%	1,3%	2,2%	0,0%	18,5%	0,0%	0,7%	51,5%	15,5%
2015	9,3%	1,4%	2,3%	0,0%	15,6%	0,0%	0,7%	55,2%	15,4%
2016	7,4%	1,4%	2,3%	0,0%	21,9%	0,0%	0,6%	52,1%	14,3%
2017	6,0%	1,6%	2,3%	0,0%	23,1%	0,0%	0,6%	52,5%	14,0%
2018	5,2%	1,7%	2,6%	0,0%	15,1%	0,0%	0,6%	58,5%	16,4%
2019	4,1%	1,8%	2,8%	0,1%	11,9%	0,0%	0,5%	63,0%	15,9%
2020	2,6%	1,9%	2,6%	0,1%	9,9%	0,3%	0,4%	66,3%	15,8%
2021	1,9%	1,6%	2,7%	0,2%	8,4%	9,1%	0,2%	62,2%	13,7%
2022	1,5%	1,4%	2,9%	0,3%	8,0%	15,6%	0,1%	58,1%	12,1%

Fonte: BCB.

Na tabela 3, observa-se uma quantidade pequena de valores movimentados pelo cartão de crédito em comparação a outros meios de pagamento. Isso pode ser explicado pelo fato do cartão de crédito ser um meio de pagamento majoritariamente utilizado por pessoas físicas, sendo que as empresas fazem uso de outros meios de crédito com condições mais atrativas, como o financiamento de capital de giro a partir dos bancos, a tomada de crédito a partir do BNDES e também a partir de iniciativas do governo como o FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), dentre outras opções.

Assim, o cartão de crédito se demonstra como um dos meios de pagamento mais utilizados no Sistema Financeiro Nacional, sendo seu uso centralizado na pessoa física, que procura uma opção de crédito para efetuar suas compras.

Para reafirmar a relevância do cartão de crédito na sociedade brasileira, a figura 7 apresenta uma comparação entre os cartões de crédito emitidos e ativos em território nacional.

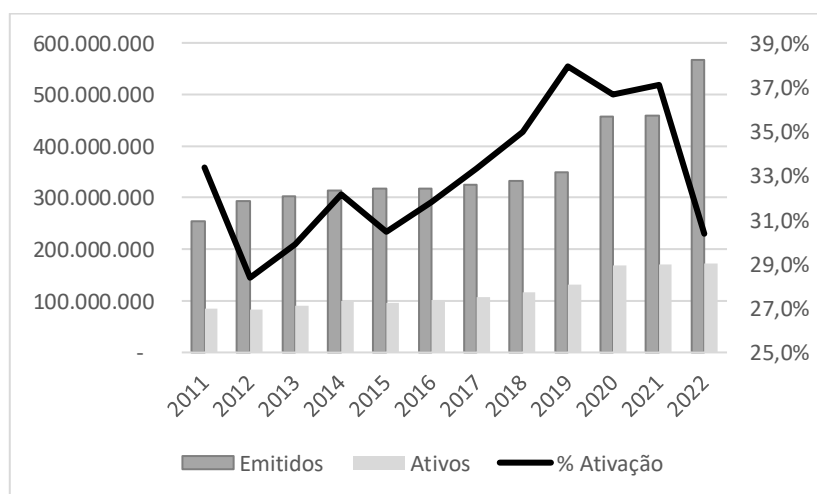


Figura 7. Cartões de crédito emitidos e ativos
Fonte: BCB.

É perceptível um acréscimo acentuado no número de cartões de crédito ativos até o ano de 2019. Tal acréscimo pode estar relacionado ao avanço tecnológico no setor bancário que reflete no aumento no número de bancos digitais que podem oferecer ambos os serviços apresentados de maneira fácil e rápida, com os bancos tradicionais também seguindo a tendência. Entretanto, a partir da pandemia do Covid-19 esse número se estabilizou, apesar do aumento do número de emissões.

Sendo demonstrada a relevância e a importância do cartão de crédito, será comentada a relação que se dá entre os cartões e os seus usuários. Primeiramente se baseando no fator da inadimplência, que se apresenta como um dos focos do trabalho. A figura 8 apresenta a evolução percentual da inadimplência no cartão de crédito das pessoas físicas por atividade econômica ou ocupação no período de junho de 2012 a maio de 2023.

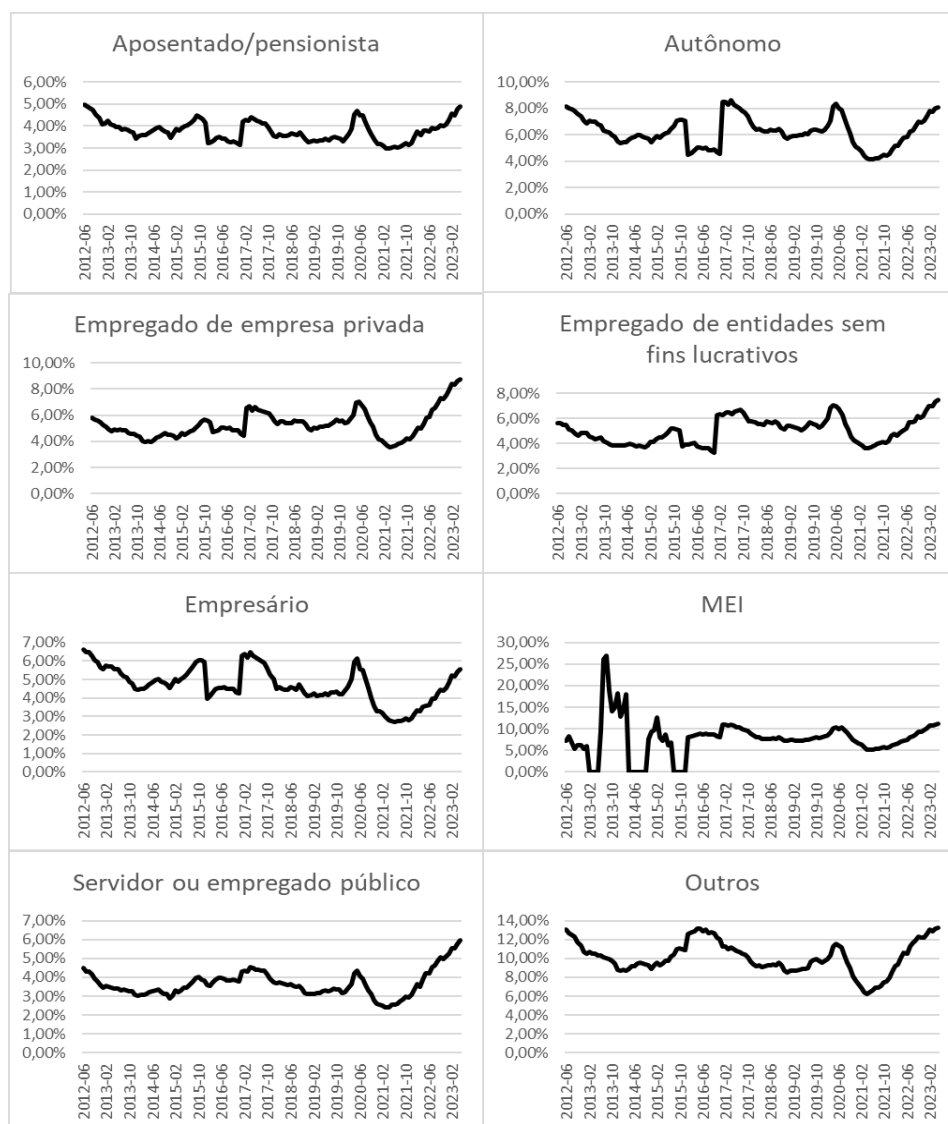


Figura 8. Inadimplência no Cartão de Crédito por Categoria (%)

Fonte: BCB.

Em se tratando de valor médio da inadimplência por categoria, a pior situação encontra-se nas categorias de MEI (7,81%) e autônomos (6,25%). A melhor situação encontra-se nas categorias de servidor ou empregado público (3,65%) e aposentados e pensionistas (3,78%).

Ademais, um fato a ser analisado é que em algumas categorias a inadimplência encontra-se atualmente em seu pior momento histórico da série apresentada. Isso ocorre para empregados de empresas privadas (8,72%), empregados de empresas sem fim lucrativos (7,5%) e servidor ou empregado público (5,94%). Isso ocorre poucos anos depois de muitas dessas categorias apresentar valor mínimo histórico na série, como para aposentados e pensionistas (2,97% em abril de 2021 ante 4,87% em maio de 2023), autônomo (4,15% em maio de 2021 ante 8,1% em maio de 2023), empregados de empresas privadas (3,58% em abril de 2021 ante 8,72% em maio de 2023), Empresários (2,71% em junho de 2021 ante 5,55% em maio de 2023) e servidor ou empregado público (2,41% em março de 2021 ante 5,94% em maio de 2023). Isso mostra o efeito dos últimos anos da pandemia do Covid-19 na utilização do cartão de crédito.

A figura 9 (abaixo), mostra a inadimplência por faixa de renda em salários mínimos (o número entre colchetes refere-se ao total de salários mínimos recebidos).

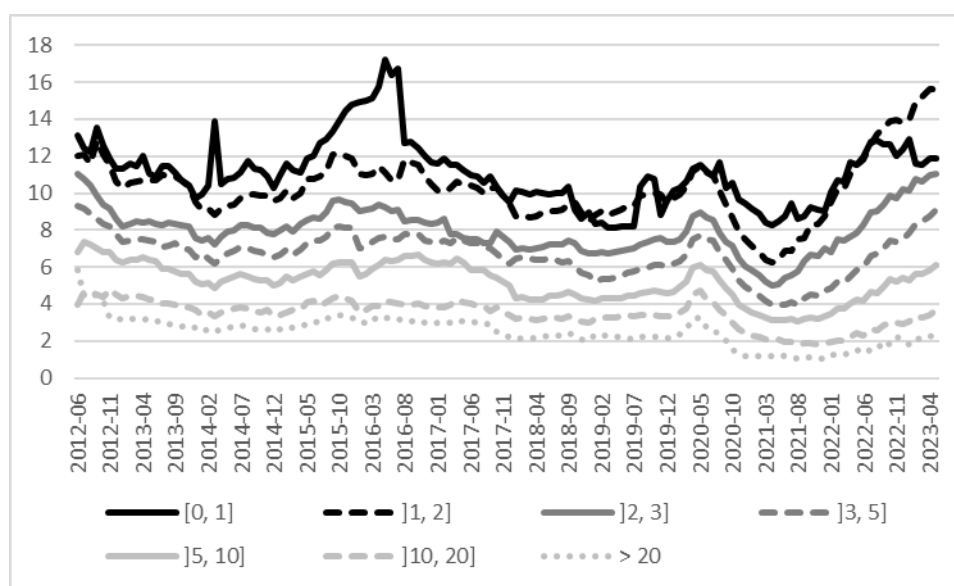


Figura 9. Inadimplência no Cartão de Crédito por Faixa de Renda (%)
Fonte: BCB.

Fica evidente que a inadimplência está relacionada ao menor número de salários mínimos recebidos, pois ela é mais elevada nas menores faixas de renda. Entretanto, é possível ver que a inadimplência se elevou nos últimos anos para todas as faixas de renda. Isso, é uma constante em toda a série histórica.

A figura 10 (abaixo), faz uma comparação na opção de financiamento (rotativo ou parcelado) da dívida com o cartão de crédito com atrasos entre 15 e 90 dias.

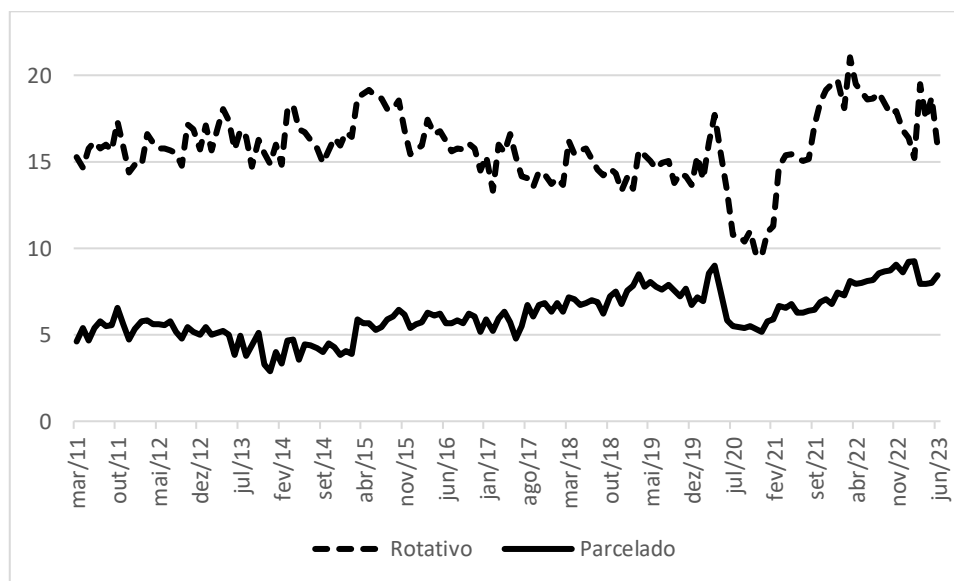


Figura 10. Percentual de cartões de crédito com atraso entre 15 e 90 dias (%)

Fonte: BCB.

Nota-se que a porcentagem de inadimplência com o cartão de crédito rotativo é muito elevada em comparação a porcentagem do cartão de crédito parcelado. Um dos motivos para isso ocorrer é pelo fato do rotativo exercer elevados juros em comparação ao modelo parcelado.

Também é perceptível uma elevação na inadimplência do cartão de crédito parcelado entre março de 2015 que se mantém até o final do período analisado no gráfico. Tal elevação está relacionada à Resolução nº 4.549, de 2017 do Banco Central do Brasil, que garante a utilização do crédito rotativo pelas instituições financeiras por apenas um mês. Após tal período, se o cliente não quitar sua dívida, a mesma deve ser financiada com menores taxas de juros a partir do modelo parcelado.

É importante observar que o Banco Central do Brasil (BCB) considera como operações parceladas além do parcelamento da fatura, também as compras parceladas e os saques parcelados.

A figura 11 (abaixo) realiza uma comparação entre Indicador de Custo do Cartão de Crédito rotativo e parcelado, demonstrando a vantagem de se optar pelo modelo parcelado.

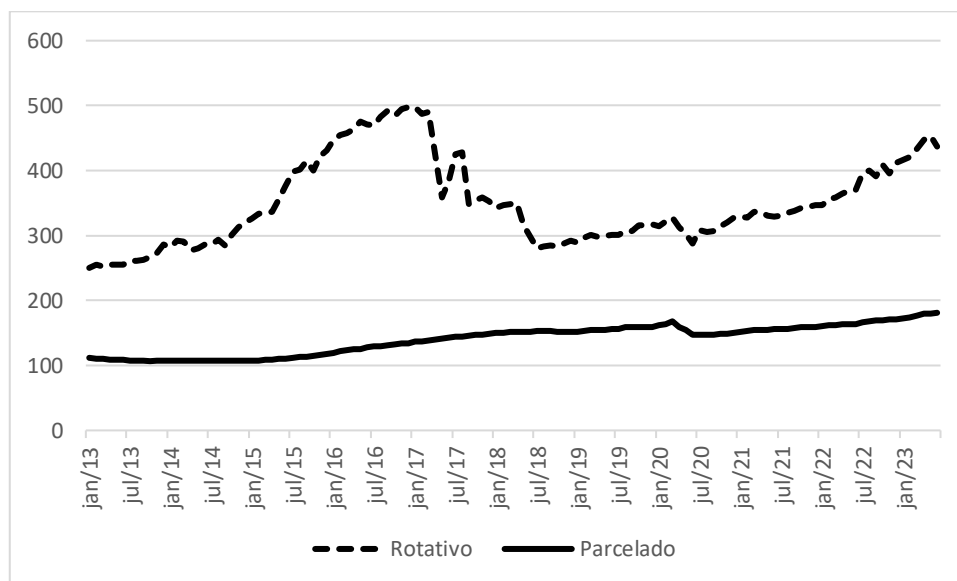


Figura 11. Custo médio das operações de crédito (taxa de juros anual)

Fonte: BCB.

Primeiramente sobre a taxa de juros praticada em operações de crédito é importante ressaltar que a mesma é acompanhada pela taxa Selic. Segundo o Banco Central do Brasil (2022), a Selic é a taxa básica de juros da economia, sendo o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central no controle da inflação.

Logo, a taxa Selic se demonstra como uma importante ferramenta no regime de metas de inflação. O gráfico apresentado confirma que o modelo de crédito rotativo se apresenta então como uma armadilha para os usuários do cartão de crédito, que muitas vezes não possuem o conhecimento de que parcelar sua fatura é mais vantajoso perante o valor das taxas cobradas.

O conhecimento das vantagens e desvantagens dos modelos de pagamento do cartão de crédito podem ser transmitidos através da educação financeira, auxiliando os usuários a não caírem em certas armadilhas financeiras que têm o potencial de arruinar as economias pessoais.

Conclusão

Os três capítulos apresentados no presente trabalho tiveram como objetivo aprofundar o conhecimento e ao mesmo tempo relacionar a educação financeira, com a teoria do crédito e consumo keynesiana e pós-keynesiana e o uso do cartão de crédito. Unindo esses três conceitos é possível perceber que a educação financeira tem um impacto importante no uso consciente do cartão de crédito, podendo influenciar em um consumo mais regrado e também em opções mais vantajosas de modos de pagamento apresentadas por tal meio de pagamento.

Em meio ao processo analítico dos três conhecimentos abordados, é possível realizar algumas observações. Primeiro, se tratando da educação financeira, observa-se que o Brasil possui um programa nacional que busca apresentar o tema e inseri-lo na sociedade. Todavia, pouco se ouve falar do mesmo, não possuindo a tamanha relevância de que realmente deveria

ter. O acesso à informações e dados sobre a educação financeira deve ser difundido de maneira fácil e descomplicada, possibilitando um maior aprendizado da população sobre o tema e possibilitando também um melhor debate acadêmico em torno dos dados disponibilizados. Ao mesmo tempo, os dados e teorias encontradas sobre a educação financeira em outros países foram de fácil acesso, algo que não ocorre na literatura acadêmica nacional, concluindo-se novamente de que é necessária maior ênfase acerca do tema em solo brasileiro, podendo assim existir uma maior leva de dados para análise, elevando a qualidade do debate em torno da educação financeira.

Saindo do conceito de educação financeira e analisando a teoria do crédito, mais especificamente em relação à teoria de Modigliani, é difícil considerar que no Brasil uma família média possa se preocupar com a poupança e o futuro financeiro quando a média de renda mensal nacional do trabalhador é um pouco maior que dois salários mínimos (IBGE, 2022). Assim, muitas vezes a única saída que a família possui para adquirir seus bens são através do uso do cartão de crédito, e frequentemente de maneira não ótima. Logo, a atual situação econômica do Brasil pode afetar a teoria de Modigliani quando aplicada ao uso do cartão de crédito.

Partindo para a análise do cartão de crédito, apresentada no terceiro capítulo, é demonstrado que o meio de pagamento em questão é majoritariamente utilizado por pessoas físicas. Em relação, um fator importante adicional se dá ao fato de que, atualmente, o cartão de crédito é uma tecnologia na qual não existe substituta, já que a mais nova invenção financeira, o Pix, engloba apenas situações de pagamento à vista, sem adotar o crédito em sua plataforma. De tal maneira, enfatiza-se a importância mister do cartão de crédito na sociedade brasileira atual.

Os dados de inadimplência no cartão de crédito indicam que, possivelmente, a inadimplência pode estar relacionada a origem da renda. Trabalhadores com renda menos seguras e estáveis tendem a ter maior inadimplência, como a categoria de autônomos e empregados de empresas privadas. Enquanto que servidor ou empregado público e aposentados e pensionistas, tendem a ter maior inadimplência. Ademais, quando a fonte de renda é o lucro, a situação melhora ainda mais. Isso, também pode estar relacionado a educação financeira, pois empresários tendem a ter um maior conhecimento sobre finanças.

Dadas as observações, conclui-se que a educação financeira é um fator que impacta de maneira positiva as decisões dos agentes econômicos em torno de investimentos, poupanças, aposentadoria e meios de pagamento. O cartão de crédito sendo um meio de pagamento, inclui-se em tal ponto. A teoria de Minsky considera o uso do crédito pelas famílias como algo que deve ser incluído na teoria de consumo keynesiana e que possui o potencial de causar perturbações na economia. Logo, assim como as empresas, as famílias devem tomar decisões sábias em relação ao crédito utilizado, buscando não atingir um nível de inadimplência.

Seguindo a teoria de Modigliani, as famílias deveriam se preocupar em poupar para não só gerar renda como utilizá-la como consumo. Em um cenário ideal, o consumo derivado da poupança poderia substituir o consumo do cartão de crédito, todavia, nem todo brasileiro possui renda suficiente para poupar e fazer uso dos juros dos investimentos. Ainda assim, o cartão de crédito pode ser utilizado com sabedoria e cautela, e tal conhecimento pode ser adquirido através da educação financeira, que irá auxiliar o agente econômico a não cair em armadilhas do cartão de crédito, como o modelo de pagamento do rotativo, um dos responsáveis por elevar o risco da inadimplência.

REFERÊNCIAS

AEF-BRASIL - **Conceito de educação financeira no Brasil** - 2017 - Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing_wp_cron=1657815552.5360009670257568359375 Acesso em: 14/07/2022.

AEF-BRASIL – **Infográfico – Entendendo a ENEF** – Jul. 2019 – Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/> Acesso em: 06/07/2022.

ARAUJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flavio Estevez. - **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. - ROQUE, JRR Otimização na recuperação de ativos financeiros, p. 1-11, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Cartão de crédito** - Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cartaodecredito> Acesso em: 06/07/2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Cartão de Crédito e Crédito Rotativo** - Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequentes-respostas/faq_cartao Acesso em: 06/07/2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Taxa Selic** - Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic> Acesso em: 28/09/2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Estatísticas de Meios de Pagamentos** - Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spbadendos> Acesso em: 23/08/2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Painel de Operações de Crédito**- Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scrdata> Acesso em: 23/08/2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Relatório de Estabilidade Financeira** - v.17, nº 1, Abril de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, Módulo público** - v2.1, 2022.

BROCHIER, Lidia; DE MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro. Crédito, riqueza e renda: uma revisão das teorias convencionais do consumo. **Ensaio FEE**, v. 38, n. 4, p. 959-988, 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - **Educação financeira para além do conhecimento: estratégias de intervenção no comportamento de poupança** - 1ª Ed., Set. 2017.

DUTRA, Priscilla Adriana et al. **Racionalidade econômica, educação financeira e consumo consciente**. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. Qualitymark. 20 ed. Rio de Janeiro, 2015.

GABRIEL, Fábio Antonio; PEREIRA, Ana Lúcia; GABRIEL, Ana Cássia. Modernidade líquida e consumismo no pensamento de Zygmunt Bauman. **Revista Intersaberes**, v. 14, n. 33, p. 698-698, 2019.

HUSTON, Sandra J. Measuring financial literacy. **Journal of consumer affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

IBGE - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral - 1º trimestre 2022** - Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil> Acesso em: 14/07/2022.

LUCCI, Cintia Retz et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, v. 9, 2006.

LUSARDI, Annamaria. Financial Literacy and the Need for Financial Education: Evidence and Implications. **Research Frontier No. 12**, p. 1-12, Dez, 2018.

MANKIW, N. Gregory - **Macroeconomia** - Rio de Janeiro, 2015.

MINSKY, Hyman P. **Estabilizando uma economia instável**. McGraw-Hill, 2008.

NICOLINI, Gianni; HAUPT, Marlene. The assessment of financial literacy: New evidence from Europe. **International Journal of Financial Studies**, v. 7, n. 3, p. 54, 2019.